

EU ME CHAMO WILLIAM, MESMO QUE ISSO NÃO ESTEJA NO MEU DOCUMENTO: NARRATIVAS SOBRE A TRANSEXUALIDADE

RESUMO:

Essa pesquisa tem por objetivo analisar as experiências de vida de uma pessoa trans e as ressonâncias nestas dos preconceitos e estereótipos culturais de sexualidade. Para tanto, entrevistamos William, uma pessoa transexual. William tem 25 anos, nasceu numa cidade do interior do Paraná, com cerca de 20 mil habitantes. Atualmente é aluno do curso de Educação Física de uma instituição privada próxima a sua cidade. A metodologia utilizada para a entrevista consistiu na cartografia, com o seguinte roteiro temático: 1) a “descoberta” da transexualidade; 2) o acesso as primeiras informações; 3) a relação com a família, escola e cotidiano até hoje e 4) as suas expectativas para o próprio futuro. Os resultados permitiram dar a ver a narrativa de uma vida produzida em meio a preconceitos escolares, falta de apoio de professores e de desejos quanto ao futuro (casamento, emprego, vida acadêmica). Frente a esses elementos, acreditamos que uma sociedade mais justa far-se-ia a partir da escuta atenta da pessoa trans, em seus interesses e compreensões de mundo.

Palavras-Chave: Transexualidade. Escola. Família. Cotidiano. Futuro.

MY NAME IS WILLIAM, EVEN IF THIS IS NOT IN MY DOCUMENT: NARRATIVE ON TRANSEXUALITY

ABSTRACT:

This research aims at analyzing the life experiences of a trans person and the resonances in these of the prejudices and cultural stereotypes of sexuality. To do so, we interviewed William, a transsexual person. William is 25 years old, born in a city in the interior of Paraná, with about 20 thousand inhabitants. He is currently a student of the Physical Education course at a private institution near his city. The methodology used for the interview consisted of cartography, with the following thematic itinerary: 1) the "discovery" of transsexuality; 2) access to the first information; 3) the relationship with the family, school and daily life until today and 4) their expectations for the future itself. The results allowed us to see the narrative of a life produced in the midst of school prejudices, lack of support from teachers and wishes about the future (marriage, employment, academic life). Faced with these elements, we believe that a fairer society would be based on the attentive listening of the trans person, in their interests and world understandings.

Keywords: Transsexuality. School. Family. Daily. Future.

Introdução

Este trabalho busca problematizar o debate sobre relações de gênero e sexualidade, tanto em sala de aula quanto no âmbito social. O mecanismo utilizado para tal foi a procura por dar visibilidade a vida de uma pessoa transexual. O desejo é permitir que ele fale do seu cotidiano, das barreiras enfrentadas e, ainda, sobre o papel da escola frente a tudo isso. Nesse sentido, nossa pesquisa tem por objetivo analisar as experiências de vida de uma pessoa trans e as ressonâncias nestas dos preconceitos e estereótipos culturais de sexualidade.

Assim, conheçam William¹. William tem 25 anos, nasceu numa cidade do interior do Paraná, com cerca de 20 mil habitantes. Atualmente é aluno do curso de Educação Física de uma instituição privada próxima a sua cidade. Antes de entrevistá-lo, nós apresentamos um breve roteiro das temáticas que seriam abordadas: 1) a “descoberta” da transexualidade; 2) o acesso as primeiras informações; 3) a relação com a família, escola e cotidiano até hoje e 4) as suas expectativas para o próprio futuro.

A pesquisa, ainda, procura fugir da noção de normatizar perguntas de antemão. Ela trabalha com temáticas elencadas pelos pesquisadores, deixando aberto ao sujeito falar sobre o que desejar sobre o tema e, também, ao pesquisador de inserir indagações que, durante o processo, entender como relevantes. Essa compreensão metodológica advém das leituras e compreensões dos pesquisadores sobre a cartografia quanto método de investigação (DELEUZE; GUATTARI, 1996; OLIVEIRA; PARAÍSO, 2002).

Nesse sentido, pautados no objetivo da pesquisa, procuramos mapear e produzir sentidos sobre o tema por meio do nosso encontro com William. Utilizamos como pistas de discussão para esse encontro os seguintes elementos: “o surgimento da sexualidade”, “a escola”, “o cotidiano” e “a perspectiva de futuro”.

¹William consiste num nome fictício, escolhido pelo entrevistado.

Processos *Trans*

Pesquisadores: A transexualidade?

William: [...] Desde criança eu já gostava mais das coisas do meu irmão, achava mais interessante; como roupas e brinquedos por exemplo; eu praticava esportes que são denominados pela sociedade do gênero masculino. [...]

De onde surge um transexual? Para ativistas da temática pode parecer uma pergunta superada ou ainda desnecessária. Mas para o início da nossa conversa, desejamos indagar a relação de William com o tema.

Como notamos na fala de William, ele retoma a infância. Fala de brinquedos, interesses e atividades. Não fala de sexo, de sexo carnal, pautado em desejo. A transexualidade está relacionada mais com a identidade ou, como diria Berenice Bento (2017, p.10), com as “experiências identitárias, caracterizadas pelo conflito com as normas de gênero”. Eis, então, que um transexual não surge de alguma maneira, de ontem para hoje. Da mesma forma, não existe um determinado momento para “virar transexual”.

Pesquisadores: Tem idade?

William: Não tem uma data. Geralmente a pessoa desde criança já não aceita ser tratado com o sexo que ela nasce, se identifica o oposto; fala pros pais que não é aquilo. Tem casos de pessoas que se identificam na fase da adolescência ou já adulto. Isto vai de cada um. Não tem uma data específica. Vai da liberdade que os pais dão para a criança, da cabeça dela, da autoaceitação, etc, não tem uma regra.

Desta forma, a transexualidade ultrapassa até mesmo a visão, muitas vezes, polarizada de gênero e sexualidade. Aquelas que prescrevem o feminino ou masculino como ponto de partida para a discussão. Essas vertentes estigmatizam a transexualidade quanto deturpação das polaridades macho-fêmea, o que possibilitou, ao longo da história, “a sua patologização” (DIAS, 2014; ÁRAN; MURTA, LIONÇO, 2009).

Portanto, mais que categorizar a transexualidade em um determinado tipo de gênero ou padrão de sexualidade, o principal olhar refere-se a pluralização da identidade. Assim como nos apresenta Foucault (1993), as instituições promovem

Criar Educação, Criciúma, v. 9, nº1, jan/jul 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
categorias e classificações como forma de normatizar práticas e, conseqüentemente, hierarquizar sujeitos. Nesse sentido, a cada tentativa de padronização da sexualidade, ela tornar-se-á fugidia e, para um olhar menos atento ou preconceito, irregular/doença.

Nesse sentido, preferimos debater a sexualidade a partir dos seus processos sociais e culturais (LOURO, 2003), a sua produção, organização e a expressão do desejo e dos prazeres, bem como da sua manifestação quanto forma de viver e se por no mundo.

Para além dos processos de identificação transexual, o debate com William ingressou nas questões sobre os conhecimentos que ele teve que adquirir e a aceitação da família.

Pesquisadores: [...] mas como foi em casa? [...] como você percebeu sua transexualidade?

William: [...] Porém eu não sabia que isto [transexualidade] existia. Na verdade os meus pais enxergavam isto desde a infância, mas eles eram leigos sobre o assunto, eu mesmo desconhecia sobre. Fui crescendo achando apenas que eu era homossexual. Não gostava das coisas de mulheres, mas achava que era apenas por questão do que eu gosto, que é de mulheres. Porém com o tempo descobri através de vídeos, conversando com psicóloga, me informando, e até descobri um amigo que saiu da minha cidade, se autoidentificou como trans e tinha feito a mamoplastia. Através de todos estes fatores, eu “me descobri”. Mas foi um processo, porque eu não sabia o que era, e o que eu sentia.

Nas palavras de William, vemos que as informações sobre a transexualidade são espaçadas, fruto de amigos, vídeos e profissionais do campo da psicologia. Neste momento, abrimos um parêntese para falar de tais profissionais e lembramos aqui o estudo de Marcos Jesus de Oliveira (2014). A sociedade, ao entender o psicólogo como uma das poucas fontes de apoio confiável desses sujeitos, deixa-nos preocupados ao vermos, na pesquisa citada, alguns direcionamentos que “parece tentar conformar as subjetividades a certos ideais regulatórios e disciplinares” (OLIVEIRA, 2014, p. 839). Embora William tenha tido êxito na escolha de seu profissional, isso não ocorre em muitos casos.

Outro elemento imprescindível nesse processo de aceitação e composição de si consiste na participação e atuação da família. Neste sentido, os laços afetivos dos

Criar Educação, Criciúma, v. 9, nº1, jan/jul 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
pais, um ambiente de confiança e de proximidade são essenciais para que o sujeito não vivencie esse período de forma solitária e desorientada. Assim, conforme Sousa, Fernandes e Barroso (2006), a família deve ser fonte de apoio e segurança para que a pessoa possa compreender as transformações pelas quais está passando e para que possa enfrentar os conflitos e angústias que podem ocorrer neste mesmo, principalmente no que se refere à sexualidade.

O sujeito transexual que ainda não conseguiu compreender os processos que ocorrem consigo podem vir a tornar-se marginalizados (GIONGO, OLIVEIRA-MENEGOTTO; PETTERS, 2012). O próprio William informou que achava que era homossexual, por conta de não ter conhecimento sobre o assunto e sua sexualidade não se enquadrar nos padrões na sociedade.

A Escola

A escola brasileira foi historicamente concebida e organizada segundo os padrões da heteronormatividade, valorizando e edificando como modelo: o adulto, masculino, branco e heterossexual. Nesse sentido, conforme observa Guacira Lopes Louro (2004), no espaço da educação,

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2004, 27).

A partir dessa lógica, observa-se que quaisquer sujeitos que não atendam ao padrão são passíveis de segregação, o que gera a visão equivocada de que a formação humana deve configurar-se para aproximar sujeitos diferentes à norma. Com isso, segundo Figueiró (2006), a escola/profess@r lida com a relação de gênero no seu cotidiano, mas, na maioria das vezes, não percebe suas influências na constituição da sexualidade de seus alunos, no reforço ou problematização da compreensão patriarcal de sociedade.

Criar Educação, Criciúma, v. 9, nº1, jan/jul 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
Não por acaso, cresce entre profissionais da educação o reconhecimento da necessidade de se adotarem medidas que transformem a escola brasileira em uma instituição à altura dos desafios postos por essas transformações (BRASIL, 1998) e, por conseguinte, em um ambiente seguro e efetivamente educativo para todas as pessoas que nele circulam, convivem e interagem, independentemente de gênero, orientação sexual, cor, raça, etnia, religião, origem, idade, condição física ou mental, etc (CANEN, 2001; CANEN; XAVIER, 2005).

Entretanto, no cotidiano, @s docentes por receio da comunidade/pais, falta de formação ou, até mesmo, por ideologia religiosa e política, fogem do tema em sala de aula ou atribuem a ele apenas conotações advindas do sexo carnal (MANOEL; MORAES, 2017). Notamos outras linhas de sexualidades deixadas como invisíveis na prática do professor. Quanto a sua Educação Básica, William comenta, por exemplo,

William: Professores já me tiraram do meio dos meninos para me colocar no meio das meninas, porque não era meu lugar ali. Meus pais eram chamados na escola por conta disto. Professor de Educação Física não me deixava jogar futebol, apenas vôlei, já que é considerado jogo de menina.

Tais práticas, embora a primeira vistas para muitos pareçam banais, a William geraram a compreensão de que sua forma de sexualidade era errônea. Na visão de seus professores, ele sempre fugiu a norma, o que os fizeram tomar atitudes para “direcionar” o modo de vida de William. Muitas vezes, essa perspectiva de atuação é fruto da lógica de que o professor é o detentor da verdade e, sendo assim, orientador para o certo (RODRIGUES, 2015), mesmo que esta seja a sua verdade.

Acreditamos, por outro lado, que o papel docente consiste na promoção e problematização do processo de reflexão sobre temas e situações cotidianas. Numa abordagem mais pluralizadas, visualizamos possibilidades e autonomia para @s alun@s elegerem seus valores, tomar posições e ampliar seu universo de conhecimentos. Nesse sentido, o professor deve ter discernimento para não transmitir seus valores, suas crenças e suas opiniões como sendo verdades absolutas ou princípios a serem seguidos. Nesse sentido, Nunes e Silva (2000,

Criar Educação, Criciúma, v. 9, nº1, jan/jul 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 p.106) dizem que @ docente precisa constantemente “fazer a crítica dos papéis tradicionais e de suas convicções ideológicas”.

Este papel, segue necessário também com as atenções que são dadas referentes aos tratamentos dos colegas no âmbito escolar. William relata algumas situações que passou.

William: Na escola eu ainda não tinha me descoberto como trans, mas sofri preconceito da mesma forma, pois eu não era como as outras meninas, então ouvi muitas frases que me chateavam, como “Maria Macho”.

O ocorrido com William não é algo isolado na escola, diversas situações semelhantes são apresentadas em Garutti e Neves (2015). Fica claro que apelidos, distanciamentos e qualquer tipo de preconceito acabam se tornando um hábito neste espaço, sendo naturalizado pela impunidade e pouco debate. Por tal motivo, a forma como @ docente olha para seus alun@s pode potencializar e validar, também, as elaborações que os demais sujeitos fazem sobre el@ no espaço escolar.

William: Então mesmo sem saber o que eu era, as minhas ações, pelo que eu me atraía, onde eu me encaixava já me gerava problemas. Inclusive meninas se reuniram para tentar mudar o jeito que eu me vestia, diziam que eu me vestia muito mal, como meninos. Era muito ruim e perturbador.

Sendo assim, detalhes como tratamento de professor@s e todos os funcinari@s da escola, atenção que é dada para ajudar @ alun@ a se encaixar no meio escolar, analisar como é o tratamento dos colegas, entre outras coisas, são fundamentais (NUNES; SILVA, 2000).

Já na faculdade, segundo William, seu tratamento foi bem mais fácil e as pessoas tiveram “mais cabeça” para lidar com o assunto e com ele. Apesar de alguns professores não compreenderem muito, o respeitaram. Ele relata que em sua sala nunca teve problemas como preconceitos.

William: As vezes surge algum tipo de brincadeiras ou algo assim, mas nada que seja muito agressivo.

Por essa fala, percebemos que o preconceito velado e cristalizado perdura no ambiente universitário, tomando características mais “elitizadas” e “civilizadas” (NARDI et al, 2013). Nesse sentido, torna-se possível perceber o medo de transexuais e homossexuais de adentrarem espaços historicamente considerados de alta sociedade pelo receio da estigmatização de suas competências e, até

Criar Educação, Criciúma, v. 9, nº1, jan/jul 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 mesmo, pela crença, fruto da sociedade machista, da sua possibilidade de crescimento cultural, social e profissional (FERRARI; SOUZA; CASTRO, 2017).

Segundo William,

William: Uma das dificuldades na faculdade foi usar o banheiro, pois tinha acabado de decidir que me chamaria *William*, portanto era complicado a questão, por exemplo, de não saber qual banheiro utilizar, já que eu não sabia se o banheiro masculino teria somente mictório e, caso tivesse, não poderia fazer o uso deste. De início, eu contava com a ajuda de uma amiga; até decidir contar para algumas pessoas da faculdade.

Nesse sentido, embora a faculdade constitua quanto âmbito de geração de conhecimento, seus processos de adaptação ainda são falhos para o atendimento de pessoas transexuais. Quanto a isso, William ressalta que

William: Eu não tive grandes problemas com amigos e professores. O problema que tive na faculdade foi com o meu nome social, que não tinha no sistema deles; por conta disto passei por várias saias justas; mas agora que adotaram o nome social, tudo está bem melhor.

Tais dificuldades são novidades para as faculdades brasileiras, porém cada dia mais frequentes. Essas falhas são de fácil resolução desde que ouvidos os sujeitos que por elas são prejudicados, uma vez que são elementos que só dizem respeito a eles. Entretanto, nas disputas sociais, legitimamos os argumentos de certos sujeitos e invalidamos o de outros, sendo este último, geralmente, o indivíduo marginalizado culturalmente (MORAES; SARTORI, 2015). Ou seja, preferimos a fala do médico, advogado e do professor sobre a subjetividade da pessoa trans do que da própria pessoa trans.

O Cotidiano

Segundo William, o cotidiano de um transexual não é nada fácil, são enfrentados diversos preconceitos no dia a dia, desde palavras e olhares diferentes até agressões físicas. A própria família acaba sendo um dos desafios para enfrentar. Conforme Zambrano (2008), por diversas vezes os transexuais não são aceitos pela família, que os expulsam do lar, sendo, muitas vezes, acolhidos por outr@s amig@s transexuais/homossexuais que passaram por experiências semelhantes.

Criar Educação, Criciúma, v. 9, nº1, jan/jul 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

William: Sou uma das exceções, minha família aceitou, me abraçou e me ajuda até hoje, mas eu tenho vários amigos que foram colocados pra fora de casa, e que foram acolhidos por algum abrigo ou amigos.

Segundo pesquisas como de Denizart (1997), Peres (2004) e Stecz (2003), o abandono familiar está entre os fatores mais prejudiciais vividos pel@s transexuais, o que afeta significativamente suas possibilidades de inserção social no mercado de trabalho e em formações profissionais (JUNQUEIRA, 2009). Entre os principais mecanismos governamentais para amenizar essas dificuldades está a legalidade e uso do nome social.

No Brasil, a primeira vez que essa ação aparece nos documentos oficiais ocorreu no Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em 2009, que orientou as instituições a “desenvolver meios para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais” (BRASIL, 2010, p. 98).

William: O nome nos documentos acaba globalizando uma série de coisas, pois o restante é possível “camuflar” de alguma maneira, porém os documentos estão explícitos.

Embora consideremos a necessidade de *camuflar* um elemento constante do preconceito, o uso do nome social pode ser o princípio do resgate da identidade social daquela pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Entretanto, segundo Berenice Bento (2014), tais políticas no Brasil para inserção da pessoa trans são feitas a conta-gotas, como forma de impedir uma real inibição do preconceito e, ao mesmo, satisfazer temporariamente tal grupo.

William: [...] sem o nome não consigo me matricular, não consigo trabalhar, não consigo fazer praticamente nada. Se você vai se matricular na faculdade e ela não tem nome social, você fica com receio e desiste. Os trans até podem tirar carta [carteira de habilitação], mas evitam, pois a polícia pode te parar na rua e te agredir.

Além do nome social, William cita outras dificuldades cotidianas da pessoa trans.

William: Tem também os problemas com peito, jeito de se vestir, a fala, o não saber que banheiro utilizar, ou quando você se identifica com qual banheiro usar você não poder usá-lo, e, até mesmo, problemas com emprego. O emprego é um dos fortes fatores causados pelo descontentamento dos transexuais. Se você faz um currículo com o nome social na hora de registro você tem que apresentar o seu nome. Da mesma maneira quando tem: “vagas para mulheres” ou “Vagas para homens”, qual

Criar Educação, Criciúma, v. 9, nº1, jan/jul 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
se candidatar? Você fica fora das duas. Da mesma forma com quartos de repúblicas. Portanto o cotidiano é bem difícil, porque você acaba se perdendo e não se encaixando em nada. Muitos ficam desempregados pelo famoso preconceito, e não conseguem as vezes trabalhar na área que está cursando.

Pela fala de William, notamos as dificuldades em relação ao corpo e ao trabalho. Nessa perspectiva, Louro (1995), apoiada nos trabalhos de Foucault, apresenta a importância do corpo quanto elemento de pertença social. A autora ressalta que, ao longo da história, inúmeras estratégias e técnicas foram inventadas para esquadrihá-lo, de modo a produzir gestos, posturas e movimentos educados, no intuito de construir hábitos adequados e dignos. Assim, percebemos que, mesmo com a pluralização da sexualidade, há a coerção e a orientação social para a busca do corpo masculino ou feminino. Essa necessidade, produzida culturalmente, produz um corpo que não se enquadra na hierarquização do binômio homem-mulher, ficando a margem da sociedade.

O aglomerado desses elementos gera a violência física, o preconceito e a discriminação contra a população trans, levando a restrição dos direitos de cidadania, a livre expressão afetivo-sexual e de identidade de gênero (WATCH, 2001), como, também, muitas vezes, a alta incidência de suicídio entre adolescentes (TEIXEIRA-FILHO; MARRETTO, 2008).

Perspectiva de Futuro

As perspectivas de futuro de um trans não é culturalmente vista como de ascensão social ou grandioso, a luta por direito e igualdade deste grupo ainda é muito latente na sociedade contemporânea. Seus desejos e aspirações, muitas vezes, não passam de elementos simples que uma pessoa não transexuais tem em sua vida. Alguns exemplos podem ser observados nos aspectos já citados anteriormente.

William, na sua condição de pessoa trans, sonha em ter seu nome social reconhecido, encontrar um emprego que o respeite e casar com sua namorada.

Criar Educação, Criciúma, v. 9, nº1, jan/jul 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
Sonhos não muito diferentes de outros jovens na atualidade. Ao se referir sobre seu primeiro desejo, William apresenta também um receio.

William: Espero que meu nome saia logo, acredito que consiga ainda este ano. Pois não pretendo me formar com o nome de registro atual.

William sente-se triste e com medo de formar-se com seu nome de registro. Ele espera que isso não ocorra. Assim, percebemos que a burocracia do nome social tem causado um desconforto enorme nas pessoas trans. Acreditamos, assim com já promulgamos a partir dos estudos de Bento (2014), que essa burocracia não é fruto das dificuldades do sistema em si, mas das relações de poder que perpassam a constituição do sujeito transexual. A burocracia possibilidade que a vida da pessoa trans seja objeto nas mãos das diversas instituições e saberes, desde a medicina ao direito.

Por outro lado, notamos também que William sente que sua identidade fica fragilizada sem o nome social. Almeida (2016) apresenta esta identidade como uma categoria emergente na realidade brasileira, que diferencia-se da identidade lésbica ou “do homem”. Tais configurações estão ainda marginalizadas na sociedade, o que, ao mesmo tempo potencializa o preconceito, permite que ela se constitui de maneiras mais plural sem o excesso de padrões já estipulados.

William também pensa em terminar a faculdade e ir para o mercado de trabalho.

William: Eu quero arrumar um emprego na minha área, mas não sei como vai ser. Tenho pensado muito sobre isso.

Encontrar um emprego talvez esteja entre os maiores problemas das pessoas transexuais. “Basta uma rápida olhada nos anúncios de emprego para deixar claro que o mercado de trabalho possui uma estrutura segmentada pelo gênero - definido pela dicotomia convencional homem/mulher” (ADELMAN, 2003). Esta compreensão leva aos caminhos da prostituição como forma de sobrevivência, principalmente das transexuais femininas (SCHNEIDER, 2004). Segundo estimativa da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil na atualidade (ARTICULAÇÃO, 2017).

Criar Educação, Criciúma, v. 9, nº1, jan/jul 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
Outros objetivos de William são relativos ao casamento e a busca pela vida acadêmica.

William: No momento sou noivo, pretendo levar minha relação ainda mais adiante e em breve me casar. Vou me formar na área de Ed. Física e fazer mestrado. Pretendo seguir a área acadêmica e dar aulas em universidades.

Atualmente, sobre o casamento muito tem se discutido (DIAS, 2011; MACHADO, 2011; RAMOS, 2006), uma vez que a pessoa consegue seu nome social e redesignação sexual, juridicamente seu sexo passa a ser outro e, conseqüentemente, o seu direito ao casamento também. Embora as discussões legais sejam constantes sobre o assunto, encaminhamos essa discussão para outro âmbito do debate, as potencialidades do casamento para inserção social da pessoa trans.

Nesse sentido, o casamento tem sido para muitos trans um mecanismo de adentrar nas relações sociais mais padronizadas. Por um lado, os recursos econômicos compartilhados permitem trabalhar em ambientes que diminuem a exposição, assim como a discriminação. Por outro, o casamento também aumenta o acesso, apoio e integração social da pessoa trans em grupos familiares, levando, ainda, a diminuição do assédio e das violências sofridas.

Considerações Finais e um Desejo

Com tudo que foi dito, percebemos que transexualidade não surge em uma hora marcada ou em um momento da vida. A transexualidade está relacionada com as experiências identitárias do sujeito. Neste caminho pode-se esperar enfrentar vários empecilhos, mas que é preciso estar totalmente determinad@ para seguir em frente, sem medo.

Vimos, também, que a escola e os docentes, juntamente com a família são de extrema importância neste momento. Podendo então ajudar ou atrapalhar o processo acompanhado de traumas. Percebemos, também, que as dificuldades em relação a emprego, casamento e nome social são latentes nesse grupo, o que potencializa a sua marginalização.

Criar Educação, Criciúma, v. 9, nº1, jan/jul 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
Por fim, nós, pesquisadores, esperamos que William tenha seu nome social reconhecido e que possa fazer de sua vida uma constituição social de luta, de crescimento profissional e afetivo.

Referências:

ADELMAN, M. **Travestis e Transexuais e os Outros: Identidade e Experiências de Vida. in: Gênero.** Niterói: EdUFF, v. 4, n. 1, 2003, p. 65-100.

ALMEIDA, G. “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades?. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2016.

ARÁN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, n. 4, 2009.

ARTICULAÇÃO Nacional de Travestis e Transexuais. **Índice de emprego trans.** 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/antrabrazil/>>. Acesso em: 26/11/2017.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MECSEF, 1998.

CANEN, A. Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 77, p. 207-227, 2001.

_____; XAVIER, G. P. M. Multiculturalismo, pesquisa e formação de professores: o caso das Diretrizes Curriculares para a Formação Docente. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 13, n. 48, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: do capitalismo à esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. v. 1.

DIAS, M. B. Um histórico da patologização da transexualidade e uma conclusão evidente: a diversidade é saudável. **Revista Gênero & Direito**, v. 3, n. 2, 2014.

FERRARI, A.; SOUZA, M. L.; CASTRO, R. P. “Medo da estigmatização?” – a universidade, os processos formativos e a problematização das homossexualidades. **Travessias**, v. 11, n. 1, p. 143-156.

Criar Educação, Criciúma, v. 9, nº1, jan/jul 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

FIGUEIRÓ, M. N. D. **A Formação de Educadores Sexuais**. Londrina/PR: Eduel, 2006.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GARUTTI, S.; NEVES, A. L. Bullying Homofóbico: Uma discussão sobre a discriminação sexual escolar. **Caderno Intersaberes**, v. 4, n. 5, p. 54-66, 2015.

GIONGO, C. R.; OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M.; PETTERS, S. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 32, n. 4, 2012.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D (Org.), **Diversidade Sexual na escola: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, G. L. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Vozes, 2003.

LOURO, G. L. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. In: LOPES, D. et al. (Orgs.). **Imagem e diversidade sexual: estudos da homocultura**. São Paulo: Nojosa, 2004.

MORAES, J. C. P.; MANOEL, V. M. As compreensões de Docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sobre as Discussões em Sala de Gênero e Sexualidade. In: **Congresso Nacional de Educação**, 2017, Bauru.

NARDI, H. C. et al. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Revista Teoria & Sociedade**, 2013.

NUNES, C. A.; SILVA, E. **A educação sexual da criança**. Campinas - SP: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, T. R. M.; PARAÍSO, M. Al. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. **Pro-Posições**, v. 23, n. 3, p. 159-178, 2012.

OLIVEIRA, M. J. Uma etnografia sobre o atendimento psicoterapêutico a transexuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, 2014.

RODRIGUES, T. Da metáfora como mediação pedagógica. **Educação e Filosofia**, v. 29, n. 58, p. 687-701, 2015.

SARTORI, A. T. ; MORAES, J. C. P. . Ciência e Poder: a constituição de discursos sobre a Homossexualidade. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 5, p. 67-83, 2015.

Criar Educação, Criciúma, v. 9, nº1, jan/jul 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

SOUSA, L. B.; FERNANDES, J. F. P.; BARROSO, M. G. T. Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. **Acta Paul Enferm**, v. 19, n. 4, p. 408-13, 2006.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; MARRETTO, C. A. R. Homossexualidades, homofobia e tentativas de suicídio em adolescentes LGBT. **Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 8–Corpo, violência e poder**, p. 1-8, 2008.

WATCH, Human Rights. UNDER ORDERS: War Crimes in Kosovo. **Human Rights Watch**, v. 10, p. 637-648, 2001.

ZAMBRANO, E. . “Nós também somos família”: estudo sobre a parentalidade **homossexual, travesti e transexual**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.